



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

CULTIVANDO A EDUCAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO DO ES

EIXO 5 - Políticas de educação, diferenças e inclusão

OLIVEIRA JUNIOR, Celso Eulálio de¹
PAOLIELLO, Maria do Carmo²
SAMPAIO, Glorinha Sartori³
SOPRANI, Carlos Roberto⁴
TELAU, Roberto⁵

RESUMO

A escassez de estudos relativos à Educação do Campo capixaba na atualidade, aliada à necessidade de construir um instrumento de informação/formação para os povos do campo, levou a Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo – RACEFFAES - a pesquisar o panorama da Educação do Campo capixaba contextualizado no cenário nacional. A consulta a documentos oficiais e estudos acadêmicos para a construção desse panorama foi sendo estruturada paralelamente à realização de entrevistas a educadores, pesquisadores e lideranças do campo que integram diversas organizações e movimentos sociais, e instituições educativas em Alternância de várias regiões do Estado do Espírito Santo, de modo a ampliar e mesmo fundamentar as informações coletadas, trazendo-lhes realidade e vida. As histórias de luta e de esperanças expressas pelos entrevistados demonstraram a fortaleza dos camponeses que resistem, apesar de muitas dificuldades, e continuam apostando no campo como um lugar de vida, conhecimento e criação de cultura. A recuperação e registro da memória desses sujeitos foi a metodologia adotada para que os entrevistados pudessem tratar com clareza as demandas atuais de suas comunidades. Nos 5 capítulos que compõem esse estudo foram tratados: a) uma abordagem conceitual da escola tradicional do meio rural à Educação do Campo; b) a importância da Pedagogia da Alternância na construção da Educação do Campo; c) o papel articulador da RACEFFAES; d) dados e fatos da Educação do Campo no Brasil e no Espírito Santo e, e) as demandas expressas por uma Educação do Campo.

Palavras chave: Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; RACEFFAES; Demandas por Educação do Campo.

¹ Graduação em Ciências Agrícolas, RACEFFAES, celsoeulalio@hotmail.com

² Doutorado em Educação, CE/UFES, carminhapaoli@gmail.com

³ Especialização em Educação, RACEFFAES, glorinhasartori06@gmail.com

⁴ Especialização em Filosofia, RACEFFAES, betinhosoprani@gmail.com

⁵ Mestre em Educação, MEPES, robertot100@gmail.com



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

INTRODUÇÃO

A RACEFFAES desenvolveu o projeto *Educação do Campo: práticas pedagógicas e participação comunitária*⁶ com o propósito de contribuir com as políticas públicas de educação básica, visando a promover acesso e permanência escolar na modalidade Educação do Campo pela via pública, por meio do aprimoramento de práticas pedagógicas e da mobilização para o comprometimento com seus princípios, por parte do poder público, movimentos sociais e sociedade capixaba em geral.

Várias ações integraram esse projeto, de modo a lhe conferir dinamismo e organicidade como a mobilização de públicos de interesse para composição de agenda das demandas identificadas; formação junto aos profissionais de educação, e apoio às comunidades escolares no processo de implementação da Educação do Campo por meio de visitas técnicas, adaptação da proposta pedagógica e orientações sobre procedimentos legais.

Como uma das atividades do projeto foi realizado um estudo que delineou um panorama da Educação do Campo no Espírito Santo e sua articulação com as políticas públicas nacionais; a articulação realizada pela RACEFFAES no desenvolvimento da Pedagogia da Alternância pela via pública e demandas por educação expressas pelas populações do campo. Este trabalho refere-se apenas ao referido estudo, parte do projeto maior.

DISCUSSÃO

A Educação do Campo como área de pesquisa e de políticas públicas tem uma história recente. Após anos e anos colocada em um espaço secundário e marginal, pouco a pouco vem se constituindo como uma questão que tem merecido maior atenção de governantes e da população brasileira como um todo. A publicação do Decreto Presidencial 7.352 em 2010 foi um marco nessa história por ter dado os primeiros passos de uma política para a Educação do

⁶ Projeto patrocinado pela Petrobras.



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

Campo e dado sustentação a vários programas e ações que vêm sendo implementadas desde então.

Ultrapassando as fronteiras que uma aligeirada caracterização das populações do campo poderia indicar, aflora nesse contexto uma identidade sustentada em um projeto de economia camponesa, com diversas formas de explicitação, que se manifesta mais além da individualidade e revela a

afirmação do campesinato como sujeito social, como ator social coletivo cuja direção principal das ações está orientada para a superação das relações de dominação e de subalternidade a que ele se encontra submetido. A mediação dos movimentos e organizações sociais camponesas está presente nesse processo (COSTA, 2012, p.1129).

Nessa perspectiva, a Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo (RACEFFAES), fundada em 2003 com o propósito de assegurar que as decisões relativas às escolas que a compõem fossem tomadas coletivamente e que fossem, de fato, implementadas conforme o encaminhamento coletivo, desenvolveu o projeto *Educação do Campo: práticas pedagógicas e participação comunitária* nos anos de 2014 a 2016 com patrocínio da Petrobras. Como parte desse Projeto, realizou o estudo *Cultivando a Educação dos Povos do Campo do Espírito Santo* para analisar a Educação do Campo no Brasil e no estado, e levantar as demandas das populações do campo em relação à educação que almejam.

O trabalho compõe-se de uma parte introdutória conceitual que estabelece distinção entre a escola tradicional do meio rural e a Educação do Campo; define a Pedagogia da Alternância e sua base filosófico/metodológica como própria e apropriada à vida no campo, e firma o compromisso da RACEFFAES como entidade articuladora e integradora dos Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFA) e defensora da expansão da Pedagogia da Alternância pela via pública como prioridade em suas ações.

A transformação da tradicional escola rural distanciada dos camponeses em direção de uma Educação do Campo supõe rever as finalidades educativas da



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

escola e seu projeto de formação. Como afirmam Gonçalves, Antunes-Rocha e Ribeiro (2010, p.59),

Talvez o maior desafio seja a apropriação do termo campo, pois não basta substituir a palavra rural no material didático. Falar em Educação do Campo é colocar a escola de qualidade para além dos aspectos metodológicos. Será necessário trazer o protagonismo, em todas as dimensões e estruturas do fazer educativo, bem como implicar a escola com a produção da vida política, social, cultural e econômica. Significa dizer que deve haver comprometimento com a educação como um lugar de tensões, de tomada de posições, de conflitos.

A Pedagogia da Alternância vem sendo a estratégia metodológica mais apropriada para materializar essas referências político-pedagógicas. O município de Anchieta, no Espírito Santo, foi pioneiro na adoção da Pedagogia da Alternância no Brasil. Em 1968, sob a perspectiva desenvolvida na Itália, a iniciativa fez parte de um movimento para a fundação de um sindicato no início dos anos 60 quando foram criados grupos para discutir educação e saúde, envolvendo lideranças políticas e religiosas em vários municípios. Um dos entrevistados assim percebeu o movimento:

Fizemos um levantamento nos anos 60 mas a ditadura veio e calou todos. Tivemos dificuldades para implantar um trabalho desses: os meios (local, terra) e os fazendeiros que queriam comprar as terras “de graça”. Defendíamos a ideia de que era possível viver no campo com dignidade, mas sofremos muita ameaça por isso. Pensávamos em educar para a cidadania e fazer dos jovens sujeitos de seu próprio desenvolvimento e que eles pudessem mudar a realidade do campo (agricultor).

Desde então, novos CEFFA foram criados e escolas públicas municipais e estaduais vêm se transformando em escolas adequadas à Pedagogia da Alternância por reivindicação das comunidades em diferentes etapas e modalidades da educação básica. Essa Pedagogia mostra-se compatível com a educação das crianças por incrementar formas de participação ativa da



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

comunidade, de valorização da cultura local e de desenvolvimento da autonomia.

Um segundo núcleo do estudo em questão apresenta dados e fatos da Educação do Campo no Brasil e no Espírito Santo coletados em fontes diversas, governamentais e não governamentais, apresentando alguns indicadores da educação básica com o propósito de situar o contexto educacional atual e indicar alguns pontos que os movimentos sociais têm ainda que enfrentar, e analisando o impacto que as políticas públicas mais recentes têm tido sobre a educação básica em suas diferentes modalidades.

A atual configuração do campo capixaba veio se constituindo gradualmente, desde o processo de urbanização iniciado há quase um século no Brasil, provocou a redução das populações camponesas e persiste, até hoje, consolidado pelas políticas públicas que sustentam o desenvolvimento capitalista do país com ênfase na industrialização. Também a modernização da agricultura tem concorrido para a redução da população nas áreas rurais. Com vistas, principalmente, à exportação e ao aumento da produtividade, a mecanização vem recorrendo cada vez menos ao trabalho humano e criando um excedente de trabalhadores que, sem trabalho no campo, buscam nas cidades uma forma de subsistência.

Depoimentos de entrevistados apresentam o campo como um lugar de poucas oportunidades para os jovens. De fato, políticas sociais no estado têm sido implementadas de forma desigual. Mesmo considerando que o Espírito Santo, na sua totalidade, tenha apresentado no período de 2001 a 2012 uma tendência de crescimento da renda, de redução das desigualdades e, conseqüentemente, de queda nas taxas de pobreza e extrema pobreza, o crescimento foi desigual. Estudos apontam que em 2012 a renda dos residentes em áreas urbanas era 73,8% maior que a renda dos residentes em áreas rurais (IJSN, 2013).

Outro indicador importante é o índice de analfabetismo entre jovens. Comparando dados do Censo demográfico de 2000 e 2010, o Instituto Jones



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

dos Santos Neves (IJSN, 2012) constatou que a redução da população analfabeta no estado também não foi equilibrada. Enquanto a taxa de analfabetos no período estudado caiu 25,8% nas áreas urbanas, nas áreas rurais a queda foi de apenas 19,7%.

Igual desigualdade se confirma também nos índices do tempo de escolaridade média. Enquanto a população urbana estuda em média 8,2 anos, as populações do campo estudam apenas 4,9 anos (IJSN, 2013).

Levando o foco para as etapas da educação básica, observamos que a composição demográfica e os modos de vida das populações do campo exigem uma abordagem que contemple suas especificidades. No entanto, ainda predominam práticas centradas nos padrões urbanos de organização escolar que, não encontrando no campo as mesmas condições físicas, de infraestrutura, de material pedagógico, de tipo de trabalho dos pais e de quantidade de crianças em uma comunidade, acabam submetendo-as a deslocamentos não indicados para essa faixa de idade. Em 2004, mais de 72% dos estabelecimentos estaduais e municipais capixabas ofereciam apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental. Desses, 84% estavam no campo, ou seja, para ter acesso à escolarização obrigatória, a maior parte das crianças do campo precisava buscar uma escola fora de sua comunidade para poder concluir esta etapa. Tal situação só tem se agravado nos últimos anos pela persistente política de fechamento de escolas do campo que tem se alastrado por todo o estado. A transferência de escola para crianças e adolescentes do campo, de forma compulsória, cria problemas de toda ordem para as populações que precisam se ajustar a outras práticas e valores sociais próprios das cidades, além de, para chegarem à escola, serem expostas a riscos pelas longas caminhadas a pé além de percursos em diversos tipos de transporte que nem sempre garantem a segurança necessária.

Chamam também nossa atenção as condições de acesso aos serviços básicos pelas escolas em áreas rurais do estado. Em 2005, 13% não dispunham de



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

rede sanitária; 15,5% não dispunham de esgoto; 28,5% não estavam ligadas a rede de energia elétrica, e 1,2% não tinham acesso à água (INEP, 2007).

Um terceiro núcleo do trabalho em questão está composto de dados coletados em diferentes regiões do estado, obtidos por meio de 19 entrevistas feitas a sujeitos do campo (pescador, quilombolas, indígenas, agricultores e educadores) vinculados a movimentos sociais e/ou a entidades. O recurso da história oral foi definido pelo fato de que são raros os registros das lutas por educação que as populações do campo organizaram e vêm organizando. A recuperação e registro da memória desses sujeitos contribuiu também para que os entrevistados pudessem tratar com clareza as demandas atuais de suas comunidades. Selecionamos algumas falas que as expressam:

- o comprometimento da escola com a vida no campo:

A escola que existe nada tem a ver com a vida do pescador. A escola tem que ajudar a conduzir a vida. Ainda não há escola para pescador. Na escola que existe, a pessoa só aprende a enxergar as letras, mas as letras que ela enxerga não têm nada a ver com o dia-a-dia do pescador (pescador).

É preciso que a escola valorize o conhecimento local e vá ao encontro do agricultor (agricultor).

O principal desafio do Estado é trabalhar a educação com a especificidade do campo. É preciso ter o cuidado para não tornar simples algo que em sua essência é complexo (educador).

- a Pedagogia da Alternância como proposta educativa apropriada ao campo

Se não fosse o trabalho das Escolas Famílias, a saída dos jovens (do campo) teria sido maior (educador).

Ela (Escola Municipal Comunitária Rural) é vista como uma escola que não dá condições para outra coisa, a não ser para trabalhar no campo. Assim dizem. O jeito novo mexe com as pessoas que não gostam de conhecer o novo, uma escola que valoriza o conhecimento local e que vê em todos os seres a sua capacidade de conhecer. Muitas pessoas pensam assim. Mas eu acredito no compartilhamento do conhecimento (agricultor).



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

- formação do docente-educador

Precisamos desconstruir a educação convencional de professores para que possam compreender a Pedagogia da Alternância (educador).

Eles (os educadores) tiveram uma formação diferente e professores despreparados destroem toda a luta da família (agricultor).

- a comunidade como sujeito social

Precisamos ocupar os espaços das universidades, das escolas de Educação Básica e formar médicos, engenheiros, professores que atendam às demandas do campo (agricultora e educadora).

O maior desafio é desempenhar o papel de ajudar a combater a “descampenização”, a perda dos adolescentes e jovens do gosto e das habilidades próprias das atividades do campo (educador).

- as políticas públicas para o campo

Os gestores públicos fazem as coisas, mas não perguntam para o quilombola (educadora).

O tempo do pescador desencontra com o calendário da escola (pescador).

A lei não permite (fazer a educação) do jeito que a gente quer: que os sábios da comunidade tenham participação na formação da escola indígena (indígena).

O maior desafio é conseguir frear o processo de fechamento de escolas do campo. Fechar uma escola é como fechar a comunidade! A escola é o pilar da comunidade (agricultora e educadora).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, F. de A. e CARVALHO, H.M. de. Campesinato. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GONÇALVES, G.B.B, ANTUNES-ROCHA, M.I e RIBEIRO, V. Programa Escola Ativa: um pacote educacional ou uma possibilidade para a escola do campo? In: ANTUNES-ROCHA, M.I e HAGE, S.M. (orgs). **Escola de Direito:**



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

reiventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Caminhos da Educação do Campo, 2).

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Evolução da taxa de analfabetismo no ES. **Nota técnica 40**. Vitória, ES, 2012. Disponível em: www.ijsn.es.gov.br. Acesso em: novembro/2014.

_____. **Síntese dos indicadores sociais do ES**. Vitória, ES, 2013. Disponível em: www.ijsn.es.gov.br. Acesso em: novembro/2014.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília, INEP, 2007. Disponível em www.inep.mec.gov.br/pesquisa/publicacoes. Acesso em: 17 fev.2015.